

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.843 - SP (2019/0001671-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : PAULA LUTFALLA MACHADO LELLIS E OUTRO(S) - SP150647
AGRAVADO : ALAIDE MIRANDA APOLINARIO
AGRAVADO : ANDERSON PADILHA SILVA
AGRAVADO : ANDRE LUIS SANTOS
AGRAVADO : ANDREIA CRISTINA MARCOLINO CISTERNA
AGRAVADO : ANTONIO CANDIDO CISTERNA
AGRAVADO : APARECIDO PAPARELI JUNIOR
AGRAVADO : CARLOS ALBERTO APOLINARIO
AGRAVADO : DOUGLAS GUIMARAES SALVADOR PAPARELI
AGRAVADO : EUZEBIO OLIVEIRA DOS REIS
AGRAVADO : ELERSON RAFAEL DA SILVA
AGRAVADO : GERSON BAESSO DE CAMPOS
AGRAVADO : GILMARA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : GLAUBER OLNEY AUGUSTO
AGRAVADO : JOEL JOSE DE OLIVEIRA
AGRAVADO : MARCELO GUIMARAES SALVADOR
AGRAVADO : MARCOS PAULO PEREIRA
AGRAVADO : MAURICIO DA SILVA MOREIRA
AGRAVADO : PAULO CELSO PRADO
AGRAVADO : PAULO HENRIQUE DE BRITO
AGRAVADO : REGINALDO RIBEIRO LUIZ
AGRAVADO : RONALDO RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO : SIMONE APARECIDA BRESSAN ANTUNES
AGRAVADO : UZIEL PADILHA SILVA
ADVOGADOS : GISLEINE IANACONI TIROLLA PAULINO - SP176311
ORACI DE JESUS PAULINO - SP308916

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela SÃO PAULO PREVIDENCIA – SPPREV e outro, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO (ALE) - POLICIAIS MILITARES APOSENTADOS E PENSIONISTAS -

Direito de receber o adicional reconhecido em mandado de segurança impetrado pelos próprios autores - Prescrição das parcelas anteriores à impetração do 'writ' - Não ocorrência - A impetração do mandado de segurança interrompe a prescrição das parcelas

referentes ao período de cinco anos que antecedeu a ação mandamental - Ação de cobrança proposta dentro do prazo legal, respeitada a regra de prescrição do art. 9º, do Decreto nº 20.910/32 - Condenação da ré ao pagamento das parcelas atrasadas do Adicional de Local de Exercício, com correção monetária e juros, respeitada a prescrição quinquenal, considerado o lustro que antecedeu a impetração do mandado de segurança.

A inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, teve alcance limitado e abarcou apenas a parte em que o texto legal estava vinculado no art. 100, § 12 da CF, incluído pela EC 62/09 — Na parte que se refere a juros e correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório não houve pronunciamento expresso da Suprema Corte quanto à sua constitucionalidade — Lei nº 11.960/09 que continua em vigor, nesta parte.

Reexame necessário e Recurso voluntário providos parcialmente apenas para determinar a aplicação integral da Lei nº 11.960/09 para juros e correção monetária" (fl. 270e).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 291/294e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, o seguinte:

III - DAS RAZÕES DE REFORMA DO RECURSO - AFRONTA À LEGISLAÇÃO FEDERAL DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO INICIAL

Contrariamente ao que ficou decidido pelo E. Tribunal 'a quo', deve ser reconhecida a ocorrência da prescrição que antecede a presente ação, em observância aos artigos 1º e 3º do Decreto nº 20.910/32.

(...)

À vista disso, as recorrentes requerem seja reconhecida a PRESCRIÇÃO do direito dos autores, com relação às parcelas devidas anteriormente ao quinquênio que antecede a propositura desta ação, extinguindo-se o processo, nesta parte, com base no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil.

Outrossim, cumpre salientar que o mandado de segurança impetrado anteriormente pela AORRPM NÃO tem o condão de interromper o lapso prescricional desta ação.

Isto porque, à evidência, na aludida ação mandamental o provimento jurisdicional postulado diverge totalmente do pedido deduzido nesta ação ordinária. Na primeira, busca-se impugnar ATO DE AUTORIDADE, sendo que nesta ação a pretensão deduzida cinge-se ao RECEBIMENTO DAS PARCELAS VENCIDAS RELATIVAS AO CHAMADO ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO - ALE.

E, de outra feita, a ação mandamental está sujeita ao prazo decadencial de 120 dias, ao passo que a presente ação tem, como visto, o prazo prescricional de 5 anos para sua propositura.

Assim, afigura-se totalmente injurídico e ilógico equiparar os provimentos jurisdicionais solicitados nas duas ações, bem como os seus respectivos prazos, para concluir que a propositura da ação mandamental teria interrompido o prazo prescricional desta ação ordinária.

(...)

Desse modo, considerando que a coisa julgada do MS formou-se em 02/12/2014, grande parte do valor pretendido pelos autores foi consumida pela prescrição" (fls. 281/285e).

Requer, ao final, "o conhecimento e provimento do presente recurso, para que seja reconhecida a violação aos artigos 1º e 9º do Decreto nº 20.910/32, nos termos expostos acima, com a consequente reforma do v. Acórdão ora impugnado" (fl. 285e).

Contrarrazões, a fls. 298/306e.

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 307/308e), foi interposto o presente Agravo (fls. 311/319e).

Contraminuta, a fls. 322/326e.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC (fl. 295e).

A irresignação não merece acolhimento.

No caso, confira-se, no que interessa, o acórdão recorrido:

"No caso em tela, o trânsito em julgado da decisão que concedeu a ordem no mandado de segurança ocorreu 23.04.2015 (fls. 160) e a presente ação foi ajuizada em 15/03/2016, antes, portanto, de superado o lapso prescricional, contado conforme a regra do art. 9º, do Decreto nº 20.910/32, que reduz pela metade o prazo da prescrição que recomeça a correr, depois de interrompida" (fl. 274e).

Nesse contexto, ao contrário do que alega a parte agravante, acolher a pretensão recursal pressupõe o reexame do conjunto fático-probatório do feito, porquanto não é possível extrair do contexto fático delineado do acórdão recorrido as premissas necessárias à alteração de sua conclusão, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

A propósito, dentro inúmeros precedentes, o seguinte aresto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. REAJUSTE DE 28,86%. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. EXISTÊNCIA DE CAUSA DE INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. ANÁLISE QUE EXIGE REEXAME DO

ACERVO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A parte recorrente defende o afastamento da prescrição partindo do pressuposto de que propusera execução em 1999 na qualidade de substituta processual de toda a categoria, daí porque não há falar na ocorrência da prescrição relativamente à execução proposta posteriormente (em 2010), em decorrência de desmembramento determinado pelo juízo da execução. Ocorre que o Tribunal de origem assentou que a ação executiva de 1999 foi ajuizada em nome de apenas um grupo determinado de servidores (e não de toda a categoria), e que a execução que ora se discute envolve outros exequentes, os quais não buscaram a satisfação de seus créditos a tempo e hora. Nessas circunstâncias, o acolhimento das alegações do recorrente demanda reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 419.682/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/12/2013).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora